



1 **Reunião Ordinária ° Conselho Estadual dos Direitos da Mulher 11/07/2017 CEDM/PR**

2 Aos onze dias do mês de julho do ano de 2017, às 13h40 minutos em primeira convocação na  
3 Sala de Gestão do 7º andar da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social-  
4 SEDS, sito no Palácio das Araucárias, à rua Jacy Loureiro de Campos, s/nº- Bairro Centro  
5 Cívico, em Curitiba-PR, estiveram reunidas as Conselheiras que integram o **Conselho Estadual**  
6 **dos Direitos da Mulher- CEDM**, convocadas para Reunião Ordinária. No horário pré-  
7 determinado, a **Secretária Executiva Juliana Muller** solicitou a auto-apresentação das  
8 Conselheiras já presentes, a saber: Marli Mussulini (SEJU/Diretoria do Trabalho), Maria  
9 Aparecida M. Santos (FESSMUC), Cláudia Augusta dos Santos (Rede Mulheres Negras- PR),  
10 Lúci Weynad Soares (SETI), Giana de Marco Vianna da Silva (Grupo Dignidade), Leda Miriam  
11 S. Staben (SEET), Carmen Regina Ribeiro (Rede Feminista de Saúde), Rosani do Rosário  
12 Moreira (APP Sindicato), Maria Izabel Moreira (UBM), Melissa Colbert Bello (SEED), Juliana  
13 Mittelbach (SINDSAÚDE-PR), Fabiana L. Vieira Franz (SEDS), Priscila Pacheco dos Santos  
14 (SEEC), Jussara Fátima Ribeiro (SEAB), Márcia Rejane Vieira Marcondes (SESP), Josiane  
15 Ferreira Liz (Federação de Mulheres do PR), **totalizando 16 conselheiras**. Registrado também,  
16 a presença das integrantes da Coordenação da Política para Mulheres/ CPM - SEDS, Maria  
17 Letícia Zavalla Delle, Maria Luiza Grein Vieira e Cecília Bezerra Coelho Hauer, além da Dra.  
18 Danielle M. Vieira (Núcleo Jurídico/SEDS) e da representante do MP/PR, Camila Daltoé. No  
19 início dos trabalhos, justificou-se a ausência da **Presidente Doris Margareth de Jesus**.  
20 Considerando essa questão, de acordo com o Art. 21 do Regimento Interno, assumirá a  
21 Presidência a Conselheira mais antiga integrante desse Colegiado, nesse caso, a **Maria Isabel**  
22 **Corrêa** (União Brasileira de Mulheres- UBM). **Item 2 •Apreciação da Pauta-** Inversão- o Item 6  
23 deverá ocorrer antes do relato das Comissões- **APROVADA a pauta. Item 3 • Aprovações das**  
24 **atas da reunião ordinária e extraordinária do mês de Junho/2017:** Após a leitura dos  
25 documentos e a discussão de 2 inserções na ata da reunião ordinária, os mesmos foram  
26 aprovados. Aproveitando o momento, a Secretária Executiva Juliana Muller informou que a ata  
27 da reunião ordinária de junho será publicada no site do CEDM, ao lado da ata de março/2017.  
28 **Item 04 •Informes da Secretaria Executiva- Juliana Muller-** Justificativas de ausências: Maria  
29 Marucha e Delcinéia W. Serconhuk (FETAEP), Silvia Cristina Xavier (SEJU) e Doris M. De Jesus  
30 (UBM). Ofícios Recebidos: nº 1436/2017 da SESA, solicitando substituição da conselheira  
31 Janine Trompczynski pela Carolina Bolfe Poliquesi; Ofício nº 001/2017 – CMDM do município de  
32 Irati, solicitando capacitação ao colegiado no dia 28/07/2017. **Item 05 •Relatório das**  
33 **Comissões: •Comissão de Comunicação, Mobilização e Acompanhamento dos Conselhos**  
34 **Municipais: - 1) Campanha do livro no ônibus lilás.** A Coordenação da Política da Mulher  
35 está solicitando doação de livros de autoras para a montagem de uma biblioteca dentro das  
36 unidades móveis - ônibus lilás. **Parecer da Comissão: Favorável/ Parecer do CEDM:** Ciente,  
37 com a colaboração da SEEC. **2) Divulgação do ônibus lilás nas escolas:-** A Coordenação da  
38 Política da Mulher apresenta o material para divulgação do programa das unidades móveis nas  
39 escolas Municipais e Estaduais/posto de saúde. **Parecer da Comissão:** Favorável, a APP se  
40 prontifica a ajudar na divulgação, repassando os contatos das 29 secretarias de Gênero,  
41 relações étnicas raciais e Direitos LGBT dos seus núcleos sindicais. A SEED forneça os contatos  
42 dos seus 32 Regionais para mobilização. A Emater poderá divulgar junto a todas as unidades  
43 municipais a agenda da Unidade Móvel. **Parecer do CEDM:** Aprovado o parecer da comissão.  
44 Onde as agendas serão disponibilizadas na SEC do CEDM para divulgação ao colegiado e aos  
45 CMDM. A Coordenação da Política da Mulher já realiza contato com as redes socioassistenciais  
46 através dos ER. **3) Solicitação de informações, aos órgãos públicos que compõem o Conselho,**  
47 **sobre as ações desenvolvidas na área da mulher.** A Assessoria de Comunicação da SEDS, por  
48 meio da Coordenação da Política da Mulher solicita apoio do Conselho Estadual dos Direitos da  
49 Mulher para solicitação de informações sucintas referente as ações desenvolvidas pelas Secretarias



50 de Estado na área da mulher. Esta mesma solicitação será encaminhada para as prefeituras e  
51 conselhos municipais com o objetivo de fazer um levantamento sobre os organismos da Política da  
52 Mulher – Secretaria, Departamentos, Divisão, Coordenadoria, Delegacia da Mulher, Patrulha Maria da  
53 Penha assim como as políticas desenvolvidas no município. Parecer da Comissão: Favorável.  
54 **Parecer do CEDM:** Aprovado o parecer da comissão e o envio de ofício circular ao órgão gestor  
55 da política e ao CMDM via ER da SEDS, com prazo de retorno de 60 dias. . A **Conselheira**  
56 **Suplente Fabiana**, Coordenadora da Política da Pessoa Idosa na SEDS, colocou-se ao dispor  
57 do Colegiado, para debater essa temática, informando que na última semana de setembro será  
58 realizada a Semana da Pessoa Idosa, quando será feita uma divulgação coletiva de autoras  
59 idosas. Propôs que se trabalhe em conjunto. •**Sugestão:** Que as agendas disponíveis dos  
60 ônibus sejam repassadas às Conselheiras, visando auxiliar na mobilização. Acrescentar os  
61 Conselhos Municipais ativos, para que seja possível acompanhar essas visitas. A **Delegada e**  
62 **Conselheira Dra. Márcia**, representante da Secretaria de Segurança Pública- SESP,  
63 compartilhou uma experiência considerada interessante em São José dos Pinhais, quando foram  
64 utilizados os CRAS, já que agregam pessoas de todas as idades. •**Comissão de**  
65 **Enfrentamento a Violência contra Mulher: - 1) Apresentação da Dra. Sâmia Coser –**  
66 **Delegacia da Mulher de Curitiba – produtividade da delegacia da mulher A apresentação foi**  
67 **feita para todas as conselheiras presentes. Parecer da Comissão:** Ciente. **Parecer do CEDM:**  
68 Aprovado com o envio de uma nota de agradecimento e o envio de um ofício a SESP solicitando a  
69 ampliação da metodologia adotada as demais delegacias dos municípios do PR. Envio da  
70 apresentação as conselheiras. **2) Experiência de Palotina – projeto para agressores: -A convite da**  
71 **Coordenação da Política da Mulher, o Secretário Municipal da Assistência Social do município de**  
72 **Palotina Darci Gris, compareceu em 29/06/2017, na sede da Coordenação, para explicar sobre o**  
73 **trabalho que realiza no CREAS de Palotina com os agressores das mulheres vítimas de violência**  
74 **doméstica. O Secretário relatou que iniciou um trabalho no CREAS com as mulheres mais humildes e**  
75 **em situação vulnerável, sendo que ao longo de palestras, o CREAS criou grupos de reflexão, bem**  
76 **como aulas de yoga e hidroginástica para essas mulheres. Informou que o seu trabalho junto com o**  
77 **CREAS tomou um destaque no município, sendo que as duas varas judiciais de Palotina entraram em**  
78 **contato com o mesmo e juntos (judiciário, ministério público e secretaria municipal) criou-se um grupo**  
79 **de terapia, com 02 psicólogos voluntários, juntamente com a equipe do CREAS. O Secretário explicou**  
80 **que os encontros acontecem de forma periódica no auditório do CREAS ou no auditório do Júri (em**  
81 **casos de turmas com histórico de violência maior). Reforçou que o programa do CREAS é um convite**  
82 **(os agressores não são forçados a participar), o juiz da comarca oferece o programa como uma**  
83 **alternativa das medidas de proteção, caso o agressor não aceite, outra medida é expedida.**  
84 **Importante mencionar que o programa de Palotina não é voltado para o EGRESSOS (agressores já**  
85 **cumpriram a pena restritiva de direito). Por fim, mencionou que atualmente realizam o trabalho com**  
86 **três grupos de aproximadamente vinte regressos (que só possuem a medida protetiva), sendo que um**  
87 **estudo já apontou que ¾ dos regressos voltaram a reincidir. Parecer da Comissão:** Articular e dialogar  
88 com a assistência social para capacitar os CREAS e Conselhos Tutelares que iniciem projetos ou  
89 parcerias para trabalhar com os agressores. Ainda entrar em contato com a política da mulher no  
90 âmbito municipal (ex. da Casa da Mulher Brasileira) para verificar se eles já possuem algum projeto  
91 com os autores da agressão. Posteriormente fazer capacitação dos conselhos tutelares e demais  
92 organismos que são “portas de entradas” da pessoa agredida (que recebem a mulher vítima em  
93 situação vulnerável) para que possam encaminhar essas famílias para atendimento, ou seja, fazer a  
94 prevenção, quando observar que a família tem o perfil vulnerável. Por fim, foi apresentado pela  
95 Conselheira Camila (do Ministério Público) a informação que no Paraná existem alguns projetos para  
96 os agressores, que esses projetos já possuem diretrizes e já estão em vigor. A comissão irá analisar  
97 esses projetos. **Parecer do CEDM:** Aprovado o parecer da Comissão e convidar representantes da  
98 SAS para participar da reunião da comissão. •**Comissão de Legislação e Normas: - 1) Nota**



99 **Técnica sobre a realização das Conferências** Na reunião do mês de junho, foi apresentada uma  
100 proposta de nota técnica, a ser divulgada aos municípios, sobre as conferências dos direitos da  
101 mulher. O encaminhamento daquela reunião foi de que a mesma fosse pautada novamente na  
102 reunião do Conselho, dessa vez na Comissão de referência, para análise e nova proposta. Foi  
103 encaminhado ofício ao Conselho Nacional questionando sobre o calendário das conferências e até o  
104 momento não houve resposta. **Parecer da Comissão:** 1- Sugestão aos conselhos municipais para  
105 que desvinculem a eleição das conselheiras da sociedade civil do processo de conferência nacional e  
106 sejam eleitas as conselheiras municipais em conferências extraordinárias. 2- Sugestão ao CNDM que  
107 provoque o poder executivo para regulamentar por meio de lei a periodicidade das conferências. 3-  
108 Consultar em plenária se será aguardada a nota oficial do conselho nacional sobre as datas das  
109 conferências ou se será elaborada minuta por esta comissão informação recebida por meio telefônico  
110 de representante da nacional sobre as datas. **Parecer do CEDM: Item 1 –** Aprovado o parecer da  
111 comissão. Repasse da referida orientação somente aos CMDM que entrarem em contato, sem o  
112 envio de ofício. **Item 2 –** Aprovado a parecer da comissão. Envio de ofício ao CNDM. **Item 3 –** Sem  
113 providências. **Inclusão de Pauta (será pautado na próxima reunião) - Legislação referente a**  
114 **políticas para mulheres:-** Proposta de ofício para conselhos municipais e presidentes das Câmaras  
115 de Vereadores questionando acerca da existência de projetos e leis já aprovadas relativas a políticas  
116 para mulheres, colocando-nos a disposição para oferecer apoio técnico. Posteriormente analisar as  
117 respostas para eventualmente replicar as pertinentes e apresentar novas propostas aos municípios.  
118 Foi sugerido pela **Conselheira Juliana Mittelbach (SINDISAÚDE-PR)** a possibilidade de chamar  
119 uma Conferência extraordinária, apresentando como sugestão o desvinculamento da eleição do  
120 próprio evento. **Comissão de Trabalho, Autonomia e Gestão:- 1) APED – Ações Pedagógicas**  
121 **Descentralizadas** - A Secretaria de Estado da Educação oferece a possibilidade de conclusão do  
122 ensino fundamental e médio para adultos, em turmas descentralizadas, ou seja, fora do ambiente  
123 escolar, as quais devem ser compostas por no mínimo 15 pessoas. As aulas são diárias, com carga  
124 horária de 03 horas por dia, em horário e local a ser definido. O tempo de duração para conclusão  
125 (fundamental ou médio) pode variar de 02 à 03 anos. A Coordenação da Política da Mulher está  
126 fazendo a divulgação e até o momento estamos com 10 funcionárias da área da limpeza do Palácio  
127 das Araucárias interessadas em participar desse projeto, o qual pode ser implantado em todo estado  
128 do Paraná. A Coordenação relata que no momento da explanação sobre o projeto ao público-alvo  
129 (transexuais, catadoras de lixo, servidoras públicas, profissionais do sexo, etc.) é demonstrado muito  
130 interesse, porém, poucas aparecem na hora de realizar a inscrição. **Parecer da Comissão:** 1 – Ciente  
131 e favoráveis com colocação da necessidade de estímulos ex. Diminuição da carga horária nos dias de  
132 atividades de estudo. 2 - Indicação da comissão para que seja levado a todos os 32 núcleos de  
133 educação, em conjunto com os escritórios regionais da SEDS e da SEJU/Diretoria do Trabalho e  
134 parceria com os conselhos municipais de direitos das mulheres e os CEDM – Acompanhamento e  
135 monitoramento. **Parecer do CEDM: Item 1 e 2 –** Ciente, onde os itens deverão ser analisados pela  
136 Coordenação da Política da Mulher/SEDS para esclarecimentos na próxima reunião da comissão.  
137 Algumas discussões ocorreram, ainda por conta da explanação sobre um projeto ofertado pela  
138 Secretaria de Estado da Educação. A **Conselheira Melissa Colbert (SEED)** esclareceu sobre a  
139 possibilidade de beneficiar mulheres, visando completar o ensino fundamental e o médio.  
140 Visando a necessária divulgação, sugeriu-se vincular propagandas em ônibus, principalmente os  
141 da Região Metropolitana. Esclareceu ainda, que o Estado poderá auxiliar, no sentido de que as  
142 empresas colaborem para que as Secretarias de Estado promovam a redução da jornada de  
143 trabalho dessas mulheres. Devido a ausência de representantes da Coordenação da Política da  
144 Mulher/SEDS para esclarecimentos, julgou-se procedente pautar novamente o assunto na  
145 comissão. **Item 6 •Apresentação ATPI- Plano Estadual de Políticas para Mulheres- A**  
146 **técnica Tamara Z. Rezende,** apresentou a proposta do Cronograma e Diretrizes do novo plano,  
147 com as seguintes previsões: Em 15/08 já trazer a contextualização e informação junto às



148 Secretarias de Governo. 10/10- Construção interna do Marco Situacional- 12/12- Apresentação-  
149 Proposta final- Essa metodologia precisará do auxílio das Conselheiras Governamentais,  
150 visando levantar as ações das suas Secretarias. Com relação a participação da Sociedade Civil,  
151 é preciso esclarecer que esse espaço é de construção, onde o segmento deverá participar  
152 também do levantamento das informações. A responsável pela construção é a ATPI em conjunto  
153 com a Coordenação, e o Conselho dará a aprovação final. A técnica apresentou na tela as  
154 diretrizes que não devem ser setoriais e sim abrangentes, Assim, foram propostas 4 diretrizes:  
155 promoção da igualdade e equidade a todas as mulheres e meninas, fortalecimento institucional  
156 da participação social, para universalidade das políticas, enfrentamento aos preconceitos e à  
157 discriminação, eliminação de todas as formas de violência com as mulheres. Pediu a palavra a  
158 **Conselheira Juliana Mittelbach (SINDSAÚDE-PR)** apontando as dificuldades existentes para  
159 desenvolver o monitoramento e a necessidade de colocar algumas metas; ter em mãos as ações  
160 que foram realizadas a cada quadrimestre e a necessidade que esses dados venham também  
161 na forma qualitativa, ressaltando o papel da Conferência Estadual de Saúde das Mulheres  
162 vinculando às questões do Plano. Avaliou a Presidente em exercício, **Conselheira Maria Isabel**  
163 **Corrêa (UBM)** que além da Conferência dos Direitos da Mulher, é também preciso se ater às  
164 questões da Conferência de Saúde. Já a validade do Plano deverá ser de 4 anos, porque os  
165 planejamentos da gestão pública também tem essa duração (Médio prazo), para que o  
166 monitoramento seja facilitado. Assim, a técnica Tamara informou, que o prazo de 04 anos  
167 precisa ter mecanismos de alterações, tendo a garantia de patamares anuais, para que seja  
168 possível a realização da revisão. Já a **Conselheira Giana de Marco (Grupo Dignidade)** afirmou  
169 que o Plano e a Conferência devem mesmo andar juntos. A conselheira **Juliana (SINDSAÚDE-**  
170 **PR)** fez uma análise, avaliando que esse espaço de 2 anos entre Plano e Conferência, é  
171 prejudicial à democracia participativa. Sugestão da **técnica Tamara-** Agregar mecanismos,  
172 agendar audiências públicas. Concluiu que o ideal é que o monitoramento seja mesmo efetuado  
173 com dois anos, permitindo que possa ser feita uma análise daquilo que foi realmente cumprido.  
174 A ideia é que cada ação tenha uma meta e que o Plano possa ser bem enxuto (que as metas  
175 sejam de resultados). Nesse meio tempo, a **Conselheira Juliana (SINDSAÚDE-PR)** considerou  
176 viável a proposta de proceder uma análise no meio do plano. É fundamental o retorno das outras  
177 Secretarias, para que ocorra o acompanhamento do que está sendo executado. Contribuindo, a  
178 Presidente em exercício **Maria Isabel Correa (UBM)** revelou que na Câmara Interministerial de  
179 Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN, as Secretarias sentam-se à mesa e repassam  
180 seus dados para o controle social. Sabe-se que o Paraná está no topo das violências contra  
181 mulheres e as Secretarias de Governo precisam estar comprometidas a trazer esses dados. A  
182 conselheira **Juliana (SINDISAÚDE-PR)** lembrou que, anteriormente, ao serem solicitadas as  
183 metas atingidas, foi necessário pleitear a interferência do Ministério Público, para as coisas  
184 acontecessem. **Sugestão-** Promover atividades relacionadas às mulheres, a exemplo da  
185 comemoração ao dia 25 de julho- **“Dia da Mulher Negra Latina Americana e Caribenha”**.  
186 Diante disso, a **técnica Tamara (SEDS)** colocou que esse momento de planejamento irá findar  
187 só no final do ano. Assim, as sugestões ainda serão bem vindas. Combinar a metodologia,  
188 promover um estudo situacional levantando dados territorialmente. Nesse momento, a  
189 **Conselheira Marli Mussulini** (Diretoria do Trabalho- SEJU) esclareceu que a sua Secretaria de  
190 Estado tem realizado vários atendimentos a mulheres, através da Agência do Trabalhador. Já a  
191 representante do Núcleo Jurídico da SEDS, **Dra. Danielle M. Vieira** apontou que o Paraná saiu  
192 do 3º lugar em violências contra mulheres, passando para o 19º lugar, o que demonstra que  
193 houve uma ação efetiva nesse combate. **•Em apreciação as diretrizes trazidas- APROVADO.**  
194 **Item 08 •Processo Eleitoral da Sociedade Civil Biênio 2017/2019.** Inscrições- 15/05 a 23/06.  
195 Validação das candidaturas- 26/06 a 21/07. •19 entidades inscritas, sendo 07 de caráter sindical  
196 e 11 de articulação e feministas. Nenhuma inscrição de Ensino Superior. Nesse momento, a



197 Secretária Executiva procedeu a leitura das 18 entidades já inscritas para o próximo Processo  
198 Eleitoral: Central Integrada de Apoio Familiar, União Brasileira de Mulheres, FESSMUC, FETEC  
199 – CUT/PR, Central Única dos Trabalhadores – CUT, SINDSAÚDE/PR, FETRAF, Federação de  
200 Mulheres do PR, FEMOCLAM, FECAMPAR, Rede Mulheres Negras – PR, Rede Feminista de  
201 Saúde, SINDIPETRO PR/SC, Confederação Nacional das Associações de Moradores –  
202 CONAM, APP Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do PR, FAMOPAR,  
203 Associação de Entidades de Mulheres do PR – ASSEMPA, Federação dos Trabalhadores na  
204 Agricultura do Estado do Paraná – FETAEP. Registrado também a inscrição da entidade,  
205 Associação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos de São José dos Pinhais e Região  
206 Metropolitana (que não foi lida na plenária). a **Conselheira Josiane Ferreira de Liz (Fed. De**  
207 **Mulheres do Paraná)** considerou ser fundamental verificar se essas entidades representam  
208 realmente a voz das mulheres. Disse ser favorável a prorrogação do prazo para a inscrição no  
209 sentido de estender essa possibilidade a outras entidades. A conselheira **Rosani do Rosário**  
210 **Moreira (APP Sindicato)** citou que as associações de moradores precisam estar mesmo  
211 executando ações de enfrentamento às violências contra as mulheres. Por outro lado, a  
212 Comissão deverá estar atenta, para que as mulheres possam fazer as devidas cobranças ao  
213 Estado. Sabe-se que diariamente as mulheres continuam engrossando as estatísticas de mortes  
214 e espancamentos. **Item 09 – Solicitação de Capacitação do CMDM de Irati:** - O convite  
215 deverá ser repassado a presidente Doris M. De Jesus (UBM), a vice presidente Ana Cláudia  
216 Machado e na impossibilidade de ambas, a Maria Isabel Corrêa. •Em consenso e a pedido,  
217 devido o horário, os **itens 7 e 10** foram transferidos para a próxima reunião. **Item 11 – Palavras**  
218 **das Conselheiras:** - A Conselheira Maria Isabel informou que a União Brasileira de Mulheres  
219 terá um Encontro nos dias 14 e 15. Trouxe 3 pinturas gráficas para serem adquiridas, visando  
220 possibilitar a ida de representantes a Salvador. O encerramento dessa Assembleia ficou a cargo  
221 da Presidente em exercício que agradeceu a presença de todas. A presente ata foi redigida pela  
222 servidora Regina Amasiles Rodrigues Costa (SEDS), digitada por Evelin Soares, sendo a  
223 Secretária Executiva Juliana Muller. O documento após aprovado será inserido no site do  
224 CEDM/PR.